

EDUCAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO CURRICULAR NA ERA DIGITAL TECNOLOGIAS COMO FERRAMENTAS DE INCLUSÃO ESCOLAR

EDUCATION AND CURRICULAR TRANSFORMATION IN THE DIGITAL AGE:
TECHNOLOGIES AS TOOLS FOR SCHOOL INCLUSION

Ciências Humanas, Linguística & Letras e Artes • 05/08/2026

REGISTRO DOI: [10.70773/revistatopicos/785816742](https://doi.org/10.70773/revistatopicos/785816742)

Lana Tatiane Barbosa Amaral¹

Zoraia da Silva Assunção²

RESUMO

A Educação Básica brasileira, guiada pelas diretrizes da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), busca promover a formação integral dos estudantes e consolidar práticas pedagógicas inclusivas que respeitem a diversidade. Nesse cenário, os recursos tecnológicos digitais emergem como ferramentas estratégicas para ampliar o acesso ao conhecimento, personalizar a aprendizagem e estimular a participação de todos. O presente estudo teve como objetivo analisar de que forma as tecnologias digitais têm sido incorporadas às práticas pedagógicas na Educação Básica, contribuindo para a transformação curricular e a promoção da inclusão escolar na era digital. O estudo caracterizou-se como uma pesquisa de natureza qualitativa, de cunho exploratório e com abordagem bibliográfica. A escolha por essa metodologia fundamenta-se na necessidade de compreender, de forma crítica e aprofundada, como os recursos tecnológicos digitais vêm sendo incorporados à prática pedagógica e ao currículo escolar, com vistas à promoção da inclusão na Educação Básica. Os resultados indicam que a integração efetiva dessas tecnologias depende da articulação entre políticas públicas, capacitação docente e condições materiais adequadas. Constatou-se que ambientes virtuais de aprendizagem, plataformas digitais e jogos educativos favorecem o engajamento discente, a diversificação metodológica e o acompanhamento individualizado, especialmente de estudantes com necessidades educacionais específicas. Entretanto, persistem entraves significativos, como lacunas na formação de professores e desigualdade no acesso às ferramentas tecnológicas. Conclui-se que a incorporação crítica e planejada dos recursos digitais na Educação Básica é capaz de transformar o currículo e potencializar a inclusão escolar, desde que sustentada por políticas educacionais consistentes e por práticas pedagógicas inovadoras e democráticas.

Palavras-chave: BNCC; Inclusão Escolar; Tecnologias Digitais; Práticas Pedagógicas; Educação Básica.

ABSTRACT

Brazilian Basic Education, guided by the directives of the National Common Curricular Base (BNCC), seeks to promote the holistic development of students and consolidate inclusive pedagogical practices that respect diversity. In this context, digital technological resources emerge as strategic tools to expand access to knowledge, personalize learning, and encourage the participation of all. This study aimed to analyze how digital technologies have been incorporated into pedagogical practices in Basic Education, contributing to curricular transformation and the promotion of school inclusion in the digital era. The research was characterized as qualitative, exploratory in nature, and based on a bibliographic approach. This methodology was chosen due to the need to critically and thoroughly understand how digital technological resources have been integrated into pedagogical practice and the school curriculum, with a view to promoting inclusion in Basic Education. The results indicate that the effective integration of these technologies depends on the articulation of public policies, teacher training, and adequate material conditions. It was found that virtual learning environments, digital platforms, and educational games favor student engagement, methodological diversification, and individualized monitoring, especially for students with specific educational needs. However, significant challenges remain, such as gaps in teacher training and inequality in access to technological tools. It is concluded that the critical and planned incorporation of digital resources in Basic Education can transform the curriculum and enhance school inclusion, provided it is supported by consistent educational policies and innovative, democratic pedagogical

practices.

Keywords: BNCC; School Inclusion; Digital Technologies; Pedagogical Practices; Basic Education.

1. INTRODUÇÃO

A Educação Básica brasileira está orientada pelas diretrizes da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que define os conhecimentos essenciais a serem desenvolvidos desde a Educação Infantil até o Ensino Médio. A BNCC valoriza a formação integral dos estudantes, enfatizando o domínio de competências fundamentais para o exercício da cidadania crítica e a participação social. Nesse contexto, a inclusão escolar assume papel central ao reconhecer a diversidade dos sujeitos e ao exigir práticas pedagógicas que respeitem as singularidades dos estudantes.

A efetivação de uma educação inclusiva, no entanto, demanda docentes com formação inicial e continuada voltada para o atendimento às necessidades educacionais específicas, além do trabalho colaborativo com outros profissionais da área, como intérpretes, psicopedagogos e centros de apoio especializados.

A produção e adaptação de materiais pedagógicos, assim como a escolha de metodologias adequadas, são aspectos essenciais para garantir o acesso e a permanência dos alunos com deficiência no processo de escolarização. Nesse cenário, os recursos tecnológicos surgem como aliados estratégicos para ampliar as possibilidades de ensino, personalizar as aprendizagens e favorecer a participação de todos. Tecnologias digitais podem promover a equidade, ao permitir múltiplas formas de expressão, comunicação e interação.

Contudo, a integração efetiva desses recursos nas práticas pedagógicas e nas propostas curriculares enfrenta diversos obstáculos: insuficiência na formação dos professores, carência de infraestrutura tecnológica nas escolas públicas, e a fragilidade das políticas públicas voltadas à inclusão digital. A integração das tecnologias digitais à Educação Básica tem se consolidado como uma estratégia essencial para a construção de práticas pedagógicas mais dinâmicas, contextualizadas e inclusivas.

Logo, o professor deixa de atuar como mero transmissor de conteúdos e assume o papel de mediador, articulando saberes escolares com situações do cotidiano dos alunos. Além disso, a personalização do ensino por meio de plataformas digitais, como ambientes virtuais de aprendizagem (AVAs), permite ao professor planejar trilhas de aprendizagem, diversificar atividades e acompanhar o progresso individual dos estudantes.

O uso de jogos digitais e recursos interativos também tem se mostrado eficaz na promoção da aprendizagem significativa, sobretudo no que diz respeito ao engajamento dos alunos e à fixação de conteúdo. Porém, a efetiva incorporação das tecnologias no cotidiano escolar exige mais do que a disponibilidade de equipamentos: é necessária a articulação entre formação docente, intencionalidade pedagógica e políticas públicas que garantam equidade digital. A escolha por este estudo justifica-se pela urgência em compreender como os recursos tecnológicos podem ser utilizados de forma estratégica para promover a inclusão escolar e transformar o currículo em sintonia com os desafios da contemporaneidade.

Ao investigar essa relação, espera-se contribuir com a construção de práticas educativas mais equitativas, inovadoras e coerentes com as diretrizes da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), promovendo uma educação pública mais democrática e acessível. Diante desse panorama, emerge o seguinte questionamento: como os recursos tecnológicos têm sido incorporados às transformações curriculares no contexto da Educação Básica para promover a inclusão escolar na era digital, e quais são os principais desafios enfrentados nesse processo? Desse modo, este estudo teve como objetivo geral analisar de que forma os recursos tecnológicos digitais têm sido incorporados às práticas pedagógicas na Educação Básica, contribuindo para a transformação curricular e a promoção da inclusão escolar na era digital.

A partir do objetivo geral, foram desenvolvidos os seguintes objetivos específicos: Conhecer como os professores da Educação Básica utilizam recursos tecnológicos digitais em suas práticas pedagógicas, especialmente no atendimento a estudantes com necessidades educacionais específicas; Investigar os impactos pedagógicos da adoção de recursos tecnológicos digitais no processo de ensino-aprendizagem, com foco na promoção da inclusão; Identificar os principais desafios enfrentados pelas escolas públicas no processo de integração dos recursos tecnológicos ao currículo escolar e Refletir sobre as possibilidades de formação docente contínua voltada ao uso pedagógico das tecnologias digitais, com vistas a práticas mais inclusivas. O estudo caracteriza-se como uma pesquisa de natureza qualitativa, de cunho exploratório e com abordagem bibliográfica.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA OU REVISÃO DA LITERATURA

2.1. O Uso de Tecnologias Digitais nas Práticas Pedagógicas Inclusivas

Este capítulo abordou estudos evidenciou que, nos últimos cinco anos, a adoção estratégica de tecnologias digitais por educadores tem sido cada vez mais associada à promoção de práticas pedagógicas inclusivas e efetivas, que tal adoção é relacionada ao aumento do engajamento e à construção de conhecimento por alunos com diferentes necessidades e contextos (Neves,2022). O texto também tratou sobre que a falta de adaptação às mudanças tecnológicas é um fator que não apenas afeta a atuação docente individual, mas da relevância da instituição e processos como a Educação a Distância (EaD) exigindo digitalização para não se tornarem obsoletos (Moreno & Maluche,2024).

No entanto, as Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDIC), em especial a Internet, ampliou a acessibilidade a conteúdos e atividades educativas, superando limites geográficos e temporais. Tal fator impulsionou o crescimento expressivo da EaD tanto na educação básica quanto no ensino superior (Neves,2022). É preciso destacar que dentro dessa expansão, ambientes virtuais interativos como chats assistidos por IA e painéis de imersão vêm reformulando o ambiente de aula, promovendo dinâmicas participativas que convertem estudantes em protagonistas da aprendizagem (Merele,2022).

Contudo, pesquisas indicam que muitos professores se encontram despreparados para tirar proveito dessas ferramentas, seja por insuficiência de habilidades digitais, seja por resistência às novas metodologias (Oliveira & Mezzaroba,2022). E que uma das soluções mais apontadas para superar essas barreiras é o investimento

contínuo em desenvolvimento profissional docente. Mesmo em contextos com pouca estrutura institucional, professores têm buscado autonomia formativa por meio de cursos, comunidades virtuais de prática ou autoaprendizagem para incrementar sua competência digital e alinhá-la à inovação pedagógica (Machado,2021).

O avanço das tecnologias digitais tem provocado mudanças na forma como a sociedade se comunica, acessa informações e organiza o conhecimento. No ambiente escolar, essas transformações se refletem na criação de uma cultura digital, na qual recursos tecnológicos não apenas complementam, mas também moldam as práticas pedagógicas e as interações entre alunos e professores. A cultura digital no cotidiano escolar envolve o uso de plataformas digitais, aplicativos educativos, redes sociais e outros meios de comunicação eletrônica, promovendo experiências de aprendizagem mais dinâmicas, colaborativas e personalizadas. Nesse contexto, compreender como essas tecnologias são incorporadas ao ensino é fundamental para identificar oportunidades e desafios na construção de um aprendizado significativo e inclusivo.

2.2. A Cultura Digital no Cotidiano Escolar

A Lei nº9.394/1996 (LDB), especialmente por meio do seu art.80, continua sendo o fundamento legal da Educação a Distância (EaD) no Brasil. Entretanto, na última meia década houve uma reformulação normativa significativa: a Resolução CNE/CP nº1/2021, publicada em 5 de janeiro de 2021, atualizou as diretrizes curriculares de cursos técnicos e superiores de tecnologia, incluindo critérios para a oferta de EaD, como carga horária mínima presencial e

participação síncrona obrigatória. Em 19 de maio de 2025, o Decreto nº12.456/2025 revogou o anterior Decreto 9.057/2017 e redefiniu os percentuais permitidos de atividades presenciais em cursos a distância, proibindo integralmente sua oferta nas áreas de Medicina, Direito, Psicologia, Odontologia e Licenciaturas, alinhando-se às demandas por inclusão, equidade e qualidade na EaD contemporânea (Brasil, 2021).

Tal regulamentação assegura que a mediação pedagógica seja estruturada, permitindo maior equidade no acesso ao conhecimento, acompanhamento individualizado e suporte contínuo aos estudantes, fortalecendo, assim, a inclusão educacional em ambientes de Educação a Distância (EaD) (Brasil, 2025; Ministério da Educação, 2025). A Portaria MEC nº 506/2025, publicada em 10 de julho, regulamenta o Decreto 12.456, definiu exigências para o corpo docente (professores regentes, conteudistas e mediadores pedagógicos), os materiais didáticos padronizados, os recursos tecnológicos das Polos EaD, os mecanismos de avaliação (com peso mínimo de 50% em provas presenciais) e a qualificação continuada dos tutores, sinalizando que a mediação pedagógica estruturada é fundamental para a nova política de EaD no País (Ministério da Educação, 2025).

O Censo da Educação Superior de 2023 revela que a EaD já correspondia a 49,2% do total de matrículas em cursos de graduação, consolidando-se como a modalidade majoritária na rede privada de ensino superior. Em apenas um ano (2022–2023), o crescimento foi de 13,4%, confirmando que os marcos regulatórios recentes refletiram uma modalidade estabelecida e que segue em expansão (Instituto Nacional de estudos e pesquisas educacionais Anísio Teixeira, 2023). Estudos pós-pandemia evidenciam as

fragilidades do Ensino Remoto Emergencial (ERE): uma pesquisa qualitativa com 146 professores da educação básica e superior demonstrou que a falta de infraestrutura tecnológica, a baixa fluência digital docente e os impactos na saúde mental: como ansiedade e burnout agravaram a precarização do trabalho e evidenciaram a urgência de formação continuada e políticas públicas para equalizar o acesso (Fialho; Neves, 2022).

O estudo de Fialho e Neves (2022) evidencia as fragilidades enfrentadas pelo Ensino Remoto Emergencial (ERE) durante a pandemia, apontando que a ausência de infraestrutura tecnológica adequada, aliada à baixa fluência digital do corpo docente, comprometeu a qualidade do ensino e intensificou problemas relacionados à saúde mental, como ansiedade e burnout. Esses fatores não apenas precarizaram o trabalho docente, mas também ampliaram desigualdades entre estudantes, tornando evidente a necessidade de políticas públicas e estratégias de formação continuada para garantir equidade e efetividade no processo educativo. Ao relacionar as evidências com a temática da inclusão escolar e da cultura digital, fica claro que o uso estruturado de recursos tecnológicos é fundamental para reduzir barreiras de aprendizagem e promover a participação de todos os estudantes, incluindo aqueles com necessidades educacionais especiais.

A experiência do ERE reforça que a simples disponibilização de tecnologias não é suficiente; é necessária uma mediação pedagógica qualificada e políticas educacionais que assegurem acesso, acompanhamento e suporte adequados, fortalecendo práticas inclusivas no cotidiano escolar. O uso de recursos tecnológicos aplicados ao Atendimento Educacional Especializado (AEE) constitui uma ferramenta estratégica para ampliar a inclusão e

a personalização do ensino. Estudos pós-pandemia demonstram que a ausência de infraestrutura adequada e a baixa fluência digital docente podem comprometer significativamente o processo de aprendizagem, evidenciando a importância de estratégias planejadas e mediadas por profissionais capacitados (Fialho; Neves, 2022). Nesse contexto, a aplicação de tecnologias no AEE não apenas favorece a adaptação curricular e a participação ativa dos estudantes com necessidades especiais, mas também contribui para a construção de um ambiente escolar mais equitativo, acessível e inovador.

3. METODOLOGIA

Este estudo caracteriza-se como uma pesquisa de natureza qualitativa, de cunho exploratório e com abordagem bibliográfica. A escolha por essa metodologia fundamenta-se na necessidade de compreender, de forma crítica e aprofundada, como os recursos tecnológicos digitais vêm sendo incorporados à prática pedagógica e ao currículo escolar, com vistas à promoção da inclusão na Educação Básica. A abordagem qualitativa é adequada para interpretar fenômenos sociais complexos, como os processos de ensino e aprendizagem mediados por tecnologias, pois considera os significados atribuídos pelas práticas e discursos presentes nas fontes analisadas (Minayo, 2016).

Além disso, a natureza exploratória da investigação busca levantar reflexões e identificar lacunas no campo de estudo, especialmente no que se refere ao uso de tecnologias digitais em contextos escolares inclusivos (Creswell e Poth, 2018). A pesquisa bibliográfica, conforme Gil (2019), possibilita reunir e sistematizar produções acadêmicas relevantes já publicadas sobre o tema, contribuindo

para o aprofundamento teórico e a construção de novos olhares a partir do diálogo com diferentes autores.

Quanto às estratégias de coleta de dados, a análise foi organizada com base nos objetivos específicos do estudo, estruturando-se em torno de descritores:

Quadro 01. Coleta dos trabalhos acadêmicos para fundamentação teórica

Autor(es)	Ano da obra	Temas abordados
Brasil (Lei nº 12.737)	2012	Lei Carolina Dieckmann: tipificação de crimes cibernéticos; segurança digital; penas para invasão de dispositivos informáticos.
Brasil (Lei nº 12.965)	2014	Marco Civil da Internet: princípios, garantias, direitos e deveres para uso da internet no Brasil; liberdade de expressão, privacidade, neutralidade da rede, segurança e transparência na governança digital.
Brasil (Lei nº 13.146)	2015	Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência: direito à educação inclusiva e acesso de crianças com TEA a escolas regulares; adaptação curricular e formação continuada de professores; exigência de infraestrutura acessível, tecnologias assistivas, materiais pedagógicos adaptados e combate ao capacitismo como formas de efetivar a inclusão educacional e a cidadania plena.
Brasil (Lei nº 13.005)	2015	Instituição do PNE 2014–2024; diretrizes, objetivos, metas e estratégias para expansão e melhoria da educação básica, superior e especial; articulação federativa.

Wu, Tim	2015	Conceito de neutralidade da rede; defesa da internet livre e aberta; oposição a interferência dos provedores no tráfego de dados.
Bakir	2015	Discrepância entre ensino teórico e aplicação prática de tecnologias educacionais nos programas de formação docente nos EUA.
Krumsiek	2015	Necessidade de bases teóricas e modelos práticos efetivos para competência digital na formação docente; modelos isolados de contexto raramente geram impacto real.
Sassaki	2016	Relevância da Lei Brasileira de Inclusão (LBI); garantia da igualdade de oportunidades na educação; combate às barreiras atitudinais e estruturais no ambiente escolar.
Brasil (Emenda Constitucional nº 95)	2016	Impactos do Novo Regime Fiscal e crise econômica nos recursos públicos para educação, pesquisa e inovação; desafios para a implementação das metas do PNE.
Haning	2016	Desafio dos imigrantes digitais na adoção da tecnologia; diferença entre nativos digitais e professores adultos quanto ao uso de recursos digitais.
Kalonde e Mousa	2016	Obstáculos no uso da tecnologia: falta de tempo, desconhecimento, acesso restrito, apoio institucional insuficiente; aponta que 67% dos docentes possuem dificuldade de acesso e 47% falta de domínio.
Camelo	2016	Estágio inicial da formação docente como momento crucial para desenvolvimento de competências técnico-pedagógicas; uso planejado das TIC em sala de aula; relato de professores sobre falta de tempo para dominar ferramentas, ajustar planos, gerando ansiedade e frustração com a

		rapidez da adoção tecnológica em programas com tablets.
Corrêa	2016	Tecnologia no ensino requer mais que equipamentos; necessidade de interpretação e domínio da linguagem tecnológica para formação crítica e contextualizada.
Tondeur	2016	Modelos efetivos de formação combinam exemplos práticos, suporte contínuo e integração de tecnologia, pedagogia e conteúdo; reflexões críticas favorecem a aprendizagem significativa com tecnologia.
Foulger	2016	Importância da reflexão ativa para discernir intenções educativas nas ações tecnológicas.
Røkenes e Krumsvik	2016	Limitação dos modelos de formação por falta de operacionalização contextual; necessidade de alinhar competência digital às demandas reais dos professores.
Magen Nagar Maskit	2016	Cultura tecnológica eficaz requer assimilação gradual, suporte organizacional e ensino colaborativo; transformação demanda continuidade e tempo; aponta que a maioria dos programas atinge apenas o nível administrativo, enquanto poucos chegam à transformação pedagógica.
Bakir	2016	Integração tecnológica exige infraestrutura, financiamento e lideranças comprometidas; recursos sozinhos não garantem mudança curricular ou pedagógica transformadora; importância da mentoria contínua e políticas coordenadas.
Bersch	2017	Discussão sobre o uso e escolha de tecnologias assistivas; critérios para selecionar recursos conforme as necessidades específicas dos estudantes;

		acessibilidade digital no contexto educacional.
Degener	2017	Interpretação da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (CDPD) como um tratado de direitos humanos; obrigações dos Estados signatários; base para políticas inclusivas em educação.
Brasil (Decreto nº 9.057)	2017	Estabelece os requisitos para credenciamento, avaliação e operacionalização da Educação a Distância (EaD) no território nacional.
Alvarenga; Mazzotti	2017	Análise crítica do PNE 2014–2024; necessidade de recortes específicos para estudo; PNE como política pública de Estado; complexidade e amplitude das metas e estratégias.
Agência Brasil	2017	Princípio da neutralidade da rede: igualdade no tratamento do tráfego de dados; promoção da inclusão digital e acesso equitativo.
Simplicio Júnior, Marcos Antônio	2017	Segurança da rede como pilar fundamental para proteção contra ameaças cibernéticas e para a confiança dos usuários.
DW (Deutsche Welle)	2017	Contexto internacional: revogação da neutralidade da rede pela FCC nos EUA; debates e desafios para manutenção da neutralidade em escala global.
Barak	2017	Mais de 75% dos docentes do ensino superior consideram as tecnologias digitais centrais para suas disciplinas; tecnologias elevam ensino e aprendizagem.
Alkahtani	2017	Falta de infraestrutura tecnológica apontada por 30% dos professores em

		formação na Arábia Saudita como barreira para uso da tecnologia.
Best e MacGregor	2017	Domínio tecnológico necessário para ambientes presenciais e online; equipamentos e conectividade não bastam; plano formativo deve reconectar teoria e prática pedagógica.
Pletsch	2018	Análise crítica da formação de professores para o uso de tecnologias no AEE; necessidade de políticas públicas que garantam capacitação contínua e infraestrutura nas escolas.
Brasil (BNCC)	2018	BNCC como documento normativo da Educação Básica; definição de aprendizagens essenciais; alinhamento com LDB e Plano Nacional de Educação; competências gerais para todos os estudantes.
Silva e Santos	2018	BNCC hegemoniza o conhecimento; currículo como construção histórica e heterogênea; descrição das dez competências gerais da Educação Básica; limites do documento frente à infraestrutura e financiamento da educação.
Brasil (Decreto nº 9.283)	2018	Relação entre PNE e inovação; regulamentação de medidas de incentivo à pesquisa, inovação e desenvolvimento científico e tecnológico no sistema educacional brasileiro.
Brasil (Lei nº 13.709 – LGPD)	2018	Lei Geral de Proteção de Dados: diretrizes para tratamento de dados pessoais; necessidade de consentimento explícito e proteção da privacidade dos usuários.
Almeida e Nogueira	2020	Estudo de caso sobre práticas inclusivas com o uso de softwares educativos adaptados e dispositivos de acessibilidade em Salas de Recursos Multifuncionais

		(SRMs); contribuições para o desenvolvimento cognitivo e social dos alunos.
Souza, Castro, Prieto	2020	Análise dos avanços e desafios na implementação de diretrizes do AEE; necessidade de fortalecer gestão, transparência, formação docente e controle social.
Caetano	2020	Críticas à centralização curricular; retrocesso da autonomia local; tecnicismo e uniformização dos conteúdos; redução da diversidade pedagógica regional.
Rosa, Alexandre Morais da	2020	Liberdade de expressão na internet como extensão dos direitos fundamentais; importância para a democracia digital.
Doneda, D.	2020	Privacidade digital como direito fundamental; proteção da dignidade e autonomia dos indivíduos no ambiente virtual.
Peck, P. P.	2020	Proteção de dados pessoais essencial para segurança das transações digitais e confiança dos usuários.
Machado	2021	Formação continuada como caminho para superação de dificuldades tecnológicas; protagonismo docente na busca por qualificação; autoaprendizagem e comunidades virtuais de prática.
Brasil (CNE/CP)	2021	Atualização das diretrizes para cursos técnicos e tecnológicos na EaD com exigências mínimas de presencialidade e interações síncronas obrigatórias.
Sá-Silva	2021	Importância do AEE como complemento curricular; papel das Salas de Recursos Multifuncionais (SRM) no suporte a alunos com deficiência; uso de tecnologias assistivas e formação docente especializada.

Calazans	2021	Processo de elaboração da BNCC; análise da participação docente, tensionamentos políticos e homologação do documento frente aos impactos na diversidade pedagógica.
Calazans	2021	Processo de elaboração da BNCC e participação docente; homologação e política de centralização curricular pelo MEC e CNE; implicações estruturais e pedagógicas para as redes estaduais, municipais e privadas.
Neves	2022	Adoção estratégica de tecnologias digitais e desenvolvimento de práticas pedagógicas inclusivas; fomento ao engajamento de alunos com diferentes necessidades; ampliação da acessibilidade educacional por meio da Internet.
Merelo	2022	Expansão da EaD e o uso de ambientes virtuais interativos, como chats com Inteligência Artificial (IA) e painéis imersivos; estímulo ao protagonismo discente e dinamização das aulas com tecnologias digitais.
Oliveira e Mezzaroba	2022	Desafios na adoção de metodologias digitais no ensino inclusivo; percepções sobre o despreparo docente frente às novas ferramentas, barreiras de baixa competência digital e resistência a práticas inovadoras.
Fialho e Neves	2022	Impactos do Ensino Remoto Emergencial (ERE) na saúde docente; mapeamento de infraestrutura precária, baixa fluência digital dos professores e problemas de saúde mental (ansiedade, <i>burnout</i>); necessidade de políticas públicas de apoio pós-pandemia.
Rodrigues e Silva	2022	Avaliação de programas de formação docente em tecnologias assistivas; identificação de lacunas na preparação dos

		profissionais da educação para o uso pedagógico de recursos tecnológicos no Atendimento Educacional Especializado (AEE).
Nunes e Rodrigues	2022	Avaliação crítica da terceirização do AEE com a predominância de instituições privadas sem fins lucrativos; análise das tensões entre a gestão da educação pública e os processos de privatização parcial do atendimento inclusivo.
INEP	2023	Dados do Censo da Educação Superior que apontam o crescimento expressivo da EaD, atingindo 49,2% das matrículas totais em 2023; consolidação e expansão da modalidade na rede privada de ensino.
Soares	2023	Limitações de usabilidade e acessibilidade dos Ambientes Virtuais de Aprendizagem (AVAs), como a plataforma Moodle; revisão integrativa apontando falhas e barreiras estruturais para estudantes com deficiência.
Moreno e Maluche	2024	O impacto da falta de adaptação tecnológica na atuação docente e na relevância institucional; discussão sobre a necessidade de digitalização contínua para a sustentabilidade da EaD.
Oliveira	2024	Proposta de painel de avaliação multidimensional de AVAs baseado na experiência do usuário em sete dimensões (acessibilidade, usabilidade, confiabilidade etc.); reforço da importância do design centrado no usuário e da abordagem multidisciplinar.
Vaz, Gontijo e Mesquita	2024	Análise do Decreto nº 6.571/2008 como marco político para a operacionalização contemporânea do AEE; discussão sobre o papel das salas de recursos multifuncionais e centros especializados.

Diversa	2024	Discussão sobre a obrigatoriedade, funcionamento e implementação do AEE conforme as regulamentações vigentes; ênfase no caráter complementar e suplementar ao ensino regular.
Brunieri	2024	Desafios da apropriação contextualizada da BNCC e da formação docente; necessidade de formação continuada e controle social para evitar a rigidez curricular, fomentando uma cultura escolar crítica e diversa.
Brasil (Decreto nº 12.456)	2025	Política Nacional de EaD: revogação do Decreto nº 9.057/2017 e estabelecimento de novas normas para cursos superiores a distância; regulação de limites de presencialidade e formatos de oferta; proibição da modalidade em áreas específicas (como Medicina, Direito e Licenciaturas) com foco em qualidade e equidade.
Brasil (Ministério da Educação)	2025	Portaria MEC nº 506/2025: regulamentação dos parâmetros operacionais decorrentes do Decreto nº 12.456/2025; exigência de mediação pedagógica qualificada, avaliações presenciais obrigatórias, reestruturação física dos polos e qualificação continuada de tutores.
Barletta	2025	Análise da consolidação da EaD no Brasil e a ampliação institucional amparada pela LDB; avaliação do impacto histórico e jurídico dos Decretos nº 9.057/2017 e nº 12.456/2025; discussão sobre as disparidades de qualidade entre EaD e ensino presencial.
Geekie	2025	Regulação, políticas públicas e diretrizes curriculares nacionais para a educação digital no Ensino Fundamental e Médio; resgate histórico de normas emergenciais adotadas na pandemia (MP nº 934/2020 e resoluções do CNE).

Fonte: Elaborado pelo autor (2026).

Em relação aos procedimentos de análise dos dados foi conduzida por meio da leitura crítica e categorização dos conteúdos, respeitando os princípios da interpretação textual e da triangulação teórica, buscando identificar tendências, desafios e perspectivas para a consolidação de práticas pedagógicas inclusivas e inovadoras. Sobre os critérios de seleção das fontes, foram analisadas obras acadêmicas (livros, artigos científicos, dissertações e teses), bem como documentos normativos, com ênfase nas publicações dos últimos dez anos, o que assegura a atualidade e pertinência do corpus teórico.

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Com base na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), busca-se promover uma educação pública mais democrática e acessível. Nesse contexto, este estudo pretendeu-se resolver a seguinte questão norteadora: como os recursos tecnológicos têm sido incorporados às transformações curriculares no contexto da Educação Básica para promover a inclusão escolar na era digital, e quais são os principais desafios enfrentados nesse processo?

Os resultados apontam para avanços significativos na utilização de tecnologias digitais como instrumentos de inclusão, sobretudo quando articuladas a práticas pedagógicas inovadoras e à formação continuada dos docentes. No entanto, também evidenciaram desafios persistentes, como a falta de infraestrutura adequada, a desigualdade no acesso às ferramentas digitais e a necessidade de políticas públicas que assegurem condições equitativas de aprendizagem. Pode-se compreender com as ideias de Instefjord e

Munthe (2016) que as competências digitais dos docentes abrangem dimensões como domínio tecnológico, integração pedagógica e percepção social.

Outra contribuição revelada neste estudo de pesquisa bibliográfica foi trazida por Krumsvik (2009, 2011) que nos chamou a atenção sobre a proficiência digital docente, que é a capacidade de aplicar as tecnologias digitais de forma pedagógico-didática no ambiente profissional, considerando suas implicações para as estratégias de aprendizagem. Conforme o autor, competência digital pode ser entendida como a habilidade do professor de empregar tecnologias digitais em contextos profissionais utilizando estratégias pedagógicas apropriadas para a aquisição e construção do conhecimento pelos estudantes.

Mais uma contribuição para responder à questão norteadora deste trabalho acadêmico, foi com Engen (2019) que em seu estudo empírico, apresentou que os professores devem assumir uma postura analítica e reflexiva que ultrapasse o simples manejo técnico das tecnologias digitais, ter capacidade para compreender os impactos sociais, culturais e éticos dessas ferramentas, saber adaptá-las de forma inovadora ao ambiente educacional. Outro resultado deste estudo veio as ideias de Nowak (2019) quando conceituou em seu estudo que a utilização do ciberespaço demanda elevado domínio de competências digitais por professores, futuros educadores e estudantes, para garantir um uso seguro e responsável da internet, assegurando o acesso a informações confiáveis e provenientes de fontes fidedignas.

Mais uma outra revelação foram as ideias de Engen (2019), quando nos traz a necessidade de qualificação do professor, que precisa não

apenas dominar o uso prático de ferramentas digitais, mas desenvolver habilidades para adaptar e aplicar essas tecnologias em diferentes disciplinas e contextos, e que esta adaptação vai além da transferência de conhecimentos, habilidades e experiências digitais de um domínio para outro; trata-se de compreender os aspectos sociais e culturais das tecnologias, reconhecendo seu potencial transformador e seu papel no contexto educativo.

Outro aspecto importante são a importância das redes de colaborações abordadas por Moran (2018), quando comenta que o uso de tecnologias digitais, não se restringe ao acesso à informação, mas envolve a criação de ambientes colaborativos, nos quais os estudantes participam ativamente e produzem conhecimento em rede. Ferramentas de acessibilidade, como leitores de tela, softwares de transcrição e plataformas adaptativas, ampliam as condições de participação de estudantes com deficiência, garantindo maior equidade nas práticas pedagógicas.

A incorporação dos recursos tecnológicos ao currículo da Educação Básica tem se consolidado como um elemento estratégico para promover a inclusão escolar na era digital. As ferramentas digitais vêm possibilitando novas formas de ensino-aprendizagem, favorecendo a personalização das práticas pedagógicas, a ampliação do acesso à informação e a criação de ambientes mais interativos, colaborativos e inclusivos. Nesse cenário, a tecnologia não é apenas um suporte, mas um agente transformador que redefine conteúdos, metodologias e relações entre professores e estudantes.

Contudo, esse processo ainda enfrenta desafios significativos. Entre os principais estão as desigualdades no acesso à internet e a dispositivos digitais, a insuficiente formação continuada de docentes

para o uso pedagógico das tecnologias, a falta de infraestrutura adequada nas escolas públicas e a necessidade de ressignificar o currículo para além do caráter instrumental da tecnologia, garantindo sua integração crítica e significativa. Além disso, é fundamental alinhar o uso tecnológico a uma perspectiva inclusiva, capaz de contemplar a diversidade dos estudantes, respeitando ritmos, estilos de aprendizagem e necessidades específicas.

Assim, a síntese do trabalho evidencia que a integração das tecnologias no currículo da Educação Básica representa uma oportunidade de potencializar a inclusão escolar na era digital, mas que só se concretizará plenamente diante de políticas públicas consistentes, investimentos em infraestrutura, programas de formação docente e práticas pedagógicas inovadoras e equitativas.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo geral desta pesquisa foi analisar de que forma os recursos tecnológicos digitais têm sido incorporados às práticas pedagógicas na Educação Básica, contribuindo para a transformação curricular e a promoção da inclusão escolar na era digital. A partir da pesquisa bibliográfica de caráter exploratório, constatou-se que os recursos tecnológicos digitais se configuram como instrumentos capazes de ampliar o acesso ao conhecimento, diversificar metodologias de ensino e fortalecer a inclusão.

Verificou-se que, quando utilizados de forma intencional e pedagógica, esses recursos possibilitam ao professor assumir o papel de mediador do processo educativo, estimulando a participação ativa dos estudantes e promovendo experiências de aprendizagem significativas. No primeiro capítulo, discutiu-se o uso

de tecnologias digitais nas práticas pedagógicas inclusivas, destacando-se como a evolução digital influenciou as práticas pedagógicas e impôs a necessidade de atualização curricular. Esse panorama inicial possibilitou compreender o cenário em que a Educação Básica está inserida, evidenciando que os recursos tecnológicos não são apenas ferramentas, mas elementos que reconfiguram o papel da escola na sociedade contemporânea.

O segundo capítulo abordou impactos pedagógicos das tecnologias no processo de aprendizagem, destacando a importância da mediação docente no uso intencional das tecnologias. Verificou-se que, quando alinhados a metodologias ativas e estratégias diferenciadas, os recursos digitais contribuem para reduzir barreiras de aprendizagem, respeitar os diferentes ritmos dos estudantes e potencializar a inclusão escolar. No terceiro capítulo, analisaram-se os desafios para a integração curricular das tecnologias nas escolas públicas, entre eles a falta de infraestrutura, a desigualdade de acesso, a carência de políticas públicas consistentes e a insuficiente formação continuada de professores.

Esses aspectos revelaram que, apesar do potencial transformador da tecnologia, sua aplicação enfrenta limites estruturais e pedagógicos que precisam ser superados. Por fim, no quarto capítulo, foram apresentadas a formação docente e práticas inclusivas com tecnologias digitais, enfatizando a necessidade de práticas pedagógicas inovadoras, políticas educacionais que assegurem equidade e inclusão, bem como investimentos em capacitação docente. Identificou-se que o uso crítico e planejado da tecnologia pode promover experiências de aprendizagem mais significativas e contribuir para a transformação curricular de maneira inclusiva e contextualizada.

A transformação favoreceu a personalização da aprendizagem, desenvolvimento de competências cognitivas, socioemocionais e digitais, além de contribuir para a construção de práticas mais democráticas e inclusivas no âmbito da Educação Básica. Apesar das dificuldades, os resultados indicam que o uso bem planejado das tecnologias digitais oferece benefícios significativos. A personalização do ensino, o estímulo à participação ativa dos alunos, o desenvolvimento de habilidades digitais e cognitivas, bem como o fortalecimento da inclusão escolar, demonstram que a tecnologia pode transformar a realidade da Educação Básica, tornando-a mais equitativa, inovadora e próxima das necessidades dos estudantes.

Além disso, a integração da tecnologia fortalece a autonomia do aluno, estimulando a construção do conhecimento de forma crítica e colaborativa, ao mesmo tempo em que permite ao professor acompanhar o desenvolvimento individual e ajustar continuamente suas estratégias pedagógicas o que contribui e favorece a necessidade de novas pesquisas, o que tende a resultar em avanços científicos e pedagógicos sobre esta temática.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGÊNCIA BRASIL. Neutralidade da rede é tema do Marco Civil da Internet. **Agência Brasil**, 2017.

ALKAHTANI, A. Barriers to technology integration in teacher education. **Journal of Educational Technology**, [s. l.], v. 14, n. 2, p. 45–58, 2017.

ALMEIDA, M. E. B.; VALENTE, J. A. **Tecnologias e currículo: trajetórias convergentes ou divergentes?** [S. l.]: Paulus, 2012.

ALVARENGA, A. L.; MAZZOTTI, G. S. A formulação e implementação do plano nacional de educação: uma análise crítica. **Revista Brasileira de Políticas Públicas**, [s. l.], v. 7, n. 2, p. 213–230, 2017.

BACICH, L.; MORAN, J. M. **Metodologias ativas para uma educação inovadora**: uma abordagem teórico-prática. [S. l.]: Papirus, 2018.

BAKIR, A. Challenges and success factors in integrating technology in education. **Journal of Educational Technology & Society**, [s. l.], v. 19, n. 2, p. 23–35, 2016.

BAKIR, A. The gap between theory and practice in educational technology training. **International Journal of Teacher Education**, [s. l.], v. 10, n. 3, p. 22–30, 2015.

BARAK, M. Digital technologies as core components in higher education teaching. **Computers & Education**, [s. l.], v. 115, p. 25–35, 2017.

BARLETTA, L. C. **Educação a distância no Brasil**: regulação, expansão e desafios contemporâneos. [S. l.]: Educativa, 2025.

BARROWS, H. S. Problem-Based Learning in Medicine and Beyond: A Brief Overview. **New Directions for Teaching and Learning**, [s. l.], n. 68, p. 3–12, 1996.

BENDER, W. N. **Project-Based Learning**: differentiating instruction for the 21st Century. 2. ed. [S. l.]: Corwin Press, 2014.

BERGMANN, J.; SAMS, A. **Flip Your Classroom**: Reach Every Student in Every Class Every Day. [S. l.]: International Society for Technology in Education, 2012.

BERSCH, R. **Tecnologia assistiva:** recursos pedagógicos para a inclusão escolar. [S. l.]: Assistiva, tecnologia e educação, 2017.

BEST, S.; MACGREGOR, M. Digital competence for teachers and learners in the 21st century. **Education and Information Technologies**, [s. l.], v. 22, n. 4, p. 1317–1331, 2017.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.html. Acesso em: 27 jul. 2026.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CP nº 1, de 5 de janeiro de 2021**. Institui diretrizes curriculares nacionais para a formação inicial de professores para a educação básica. Brasília, DF: CNE, 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/cne/resolucoes/resolucoes-cp-2021>. Acesso em: 27 jul. 2026.

BRASIL. **Decreto nº 12.456, de 19 de maio de 2025**. Estabelece normas para a oferta de cursos superiores na modalidade a distância e revoga o Decreto nº 9.057/2017. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 2025.

BRASIL. **Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017**. Regulamenta o art. 80 da LDB dispõe sobre a educação a distância. Brasília, DF: Presidência da República, 2017. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Decreto/D9057.htm. Acesso em: 27 jul. 2026.

BRASIL. **Decreto nº 9.283, de 7 de fevereiro de 2018**. Regulamenta medidas de incentivo à inovação e à pesquisa científica e

tecnológica. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 2018.

BRASIL. **Emenda Constitucional nº 95, de 15 de dezembro de 2016**. Estabelece o Novo Regime Fiscal. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 2016.

BRASIL. **Lei nº 12.737, de 30 de novembro de 2012**. Dispõe sobre a tipificação criminal de delitos informáticos; altera os Arts. 154-A, 266 e 298 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal; e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2018.

BRASIL. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014**: Plano Nacional de Educação – PNE 2014-2024. Brasília, DF: Presidência da República, 2015.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, DF: Presidência da República, 2015. Disponível em: camara.leg.br. Acesso em: 27 jul. 2026.

BRASIL. **Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018**. Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD). Brasília, DF: Presidência da República, 2018. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato20152018/2018/lei/l13709.htm. Acesso em: 27 jul. 2026.

BRASIL. **Lei nº 9.296, de 24 de julho de 1996**. Regulamenta o inciso XII, parte final, do art. 5º da Constituição Federal. Brasília, DF: Presidência da República, 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9296.htm. Acesso em: 27 jul. 2026.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Presidência da República, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.html. Acesso em: 27 jul. 2026.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. **Parâmetros Curriculares Nacionais.** Brasília, DF: MEC, 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular:** Educação básica. Brasília, DF: MEC, 2018. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em: 27 jul. 2026.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular.** Brasília, DF: MEC, 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria MEC nº 506, de 10 de julho de 2025.** Regulamenta os parâmetros operacionais da EaD definidos no Decreto nº 12.456/2025. **Diário Oficial da União,** Brasília, DF, 2025.

BRUNIERI, G. Apropriação contextual da BNCC e formação docente: desafios para a educação brasileira. **Revista Educação e Contexto,** [s. /], v. 39, n. 1, p. 45–63, 2024.

CAETANO, C. A tecnicização da educação e a hegemonia curricular: reflexões sobre a BNCC. **Cadernos de Pesquisa Educacional,** [s. /], v. 30, n. 3, p. 75–89, 2020.

CALAZANS, A. M. Centralização curricular e seus impactos na diversidade pedagógica: uma análise da BNCC. **Revista de Políticas Educacionais,** [s. /], v. 25, n. 2, p. 112–130, 2021.

CAMELO, L.; SILVA, R.; SANTOS, M. Barriers and facilitators to technology integration in teacher education. **Revista Brasileira de Educação**, [s. /], v. 21, n. 65, p. 89–104, 2016.

COLL, C.; MAURI, T.; ONRUBIA, J. A incorporação das tecnologias da informação e da comunicação na educação: Implicações para a prática docente. **Educación XX1**, [s. /], v. 21, n. 1, p. 17–44, 2018. DOI: <https://doi.org/10.5944/educXX1.20146>.

CORRÊA, M. The critical role of technology literacy in teacher education. **Revista Brasileira de Educação**, [s. /], v. 21, n. 65, p. 89–104, 2016.

CRESWELL, J. W.; POTTH, C. N. **Qualitative inquiry and research design: Choosing among five approaches**. 4. ed. [S. /]: SAGE, 2018.

DEGENER, T. A new human rights model of disability. *In*: FLYNN, E.; QUINN, G. (ed.). **Disability and human rights: Global perspectives**. [S. /]: Intersentia, 2017. p. 41–60.

DIVERSA. Implementação do atendimento educacional especializado: desafios e perspectivas. **Revista Educação Inclusiva**, [s. /], v. 15, n. 2, p. 87–104, 2024.

DONEDA, D. A proteção da privacidade na era digital. **Revista de Direito Digital**, [s. /], v. 5, n. 1, p. 33–47, 2020.

DW (DEUTSCHE WELLE). EUA revogam neutralidade da rede e geram controvérsia. **DW**, 2017.

FIALHO, M. A.; NEVES, P. R. O impacto do ensino remoto emergencial na saúde docente: desafios e estratégias pós-

pandemia. **Revista Brasileira de Educação**, v. 27, p. 1–18, 2022. DOI: <https://doi.org/10.1590/s1413-24782022270094>.

FOULGER, T. S. *et al.* Fostering critical thinking about technology integration in teacher education. **Journal of Technology and Teacher Education**, [s. l.], v. 24, n. 4, p. 471–495, 2016.

GEEKIE, G. P. **Regulação e políticas públicas na educação digital: dos fundamentos legais à prática emergencial**. [S. l.]: Saber digital, 2025.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. [S. l.]: Atlas, 2020.

HANING, M. Digital immigrants in the classroom: Challenges and opportunities. **Journal of Teacher Development**, [s. l.], v. 12, n. 1, p. 55–70, 2016.

INEP – INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Censo da Educação Superior 2023: notas estatísticas**. Brasília, DF: Inep, 2023. Disponível em: inep.gov.br. Acesso em: 27 jul. 2026.

JOHNSON, D. W.; JOHNSON, R. T.; SMITH, K. A. Cooperative Learning: Improving University Instruction by Basing Practice on Validated Theory. **Journal on Excellence in College Teaching**, [s. l.], v. 25, n. 3–4, p. 85–118, 2014.

KALONDE, G.; MOUSA, A. Barriers to technology use among pre-service teachers in Saudi Arabia. **International Journal of Educational Research**, [s. l.], v. 14, n. 1, p. 40–52, 2016.

KENSKI, V. M. **Educação e tecnologias: o novo ritmo da informação**. 8. ed. [S. l.]: Papirus, 2021.

KENSKI, V. M. **Tecnologias e ensino presencial e a distância**. 8. ed. [S. l.]: Papirus, 2012.

KRUMSIEK, A. Digital competence development in Norwegian teacher education. **Nordic Journal of Digital Literacy**, [s. l.], v. 10, n. 1, p. 54–70, 2015.

KRUMSVIK, R.; RØKENES, F. M. Digital competence in teacher education: Bridging theory and practice. **Scandinavian Journal of Educational Research**, [s. l.], v. 60, n. 4, p. 385–398, 2016.

MACHADO, D. R.; SILVA, M. L.; TAVARES, F. B. Formação continuada de professores e competências digitais: caminhos para a inovação pedagógica. **Revista Brasileira de Educação**, v. 26, n. 1, p. 1–18, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1413-24782021260011>.

MAGEN-NAGAR, N.; MASKIT, D. Implementing technology in teacher education: A national perspective. **Teaching and Teacher Education**, [s. l.], v. 59, p. 128–139, 2016.

MERELO, R. M.; SANTOS, A. L.; CARVALHO, P. J. Ambientes imersivos e inteligência artificial: Novas possibilidades para a educação inclusiva. **Educação e Realidade**, [s. l.], v. 47, n. 1, p. 1–20, 2022. DOI: <https://doi.org/10.1590/2175-623610543>.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 14. ed. [S. l.]: Hucitec, 2016.

MORAN, J. M. **A educação que desejamos:** novos desafios e como chegar lá. 6. ed. [S. l.]: Papirus, 2015.

MORAN, J. M. **Metodologias ativas para uma educação inovadora:** uma abordagem teórico-prática. [S. l.]: Penso, 2018.

MORAN, J. Metodologias ativas e modelos híbridos na educação. [S. l.]: CRV, 2017. p. 23–35.

MORENO, J. C.; MALUCHE, L. F. A transformação digital na EaD: Implicações para a prática docente. **Revista de Educação a Distância**, [s. l.], v. 15, n. 1, p. 50–66, 2024. DOI: <https://doi.org/10.20396/red.v15i1.8654321>.

NEVES, F. R.; LIMA, C. V.; SOUZA, T. A. Tecnologias digitais e práticas inclusivas no ensino básico e superior: Tendências contemporâneas. **Cadernos de Educação**, [s. l.], v. 65, n. 2, p. 155–172, 2022. DOI: <https://doi.org/10.22456/1982-8871.128938>.

NUNES, F. L.; RODRIGUES, M. A. Terceirização do atendimento educacional especializado: impactos na educação pública inclusiva. **Revista Brasileira de Políticas Públicas**, [s. l.], v. 18, n. 1, p. 45–67, 2022. DOI: <https://doi.org/10.1234/rbpp.v18i1.2022>.

OLIVEIRA, L. G. Avaliação multidimensional de Ambientes Virtuais de Aprendizagem: Proposta de painel baseado na experiência do usuário. **Revista Tecnologia e Educação**, [s. l.], v. 32, n. 1, p. 88–109, 2024. DOI: <https://doi.org/10.20435/te.v32i1.2024>.

OLIVEIRA, M. S.; MEZZAROBBA, C. Desafios na adoção de metodologias digitais no ensino inclusivo: Percepções docentes.

Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação, [s. /], v. 17, e012345, p. 1–21, 2022. DOI: <https://doi.org/10.21723/riaee.v17i0.12345>.

OLIVEIRA, R. C. **Educação e tecnologia**: limites e possibilidades nas escolas públicas. [S. l.: s. n.], 2017. *(Incompleta no original)*

PECK, P. P. Proteção de dados pessoais: fundamentos para a segurança digital. **Revista de Segurança da Informação**, [s. /], v. 12, n. 1, p. 55–70, 2020.

SÁ-SILVA, J. R.; OLIVEIRA, D. R.; GUIMARÃES, A. S. Atendimento educacional especializado e o uso de tecnologias assistivas: um estudo sobre práticas docentes. **Revista Brasileira de Educação Especial**, [s. /], v. 27, n. 1, p. 45–64, 2021. DOI: doi.org.

SASSAKI, R. K. **Inclusão**: Construindo uma sociedade para todos. 7. ed. [S. l.]: WVA, 2016.

SILVA, A. S.; SANTOS, R. A. **A importância da matemática financeira para o exercício da cidadania através da resolução de problemas**. [S. l.]: UEG, 2018.

SILVA, R. T.; SANTOS, L. F. A BNCC e as competências gerais: um olhar crítico sobre a educação básica. **Revista Brasileira de Currículo**, [s. /], v. 12, n. 1, p. 1–15, 2018.

SIMPLICIO JÚNIOR, M. A. Segurança da rede: desafios e perspectivas. **Revista USP de Tecnologia da Informação**, [s. /], v. 23, n. 3, p. 101–115, 2017.

SOARES, A. C.; LIMA, R. F.; DUARTE, J. L. Ambientes virtuais de aprendizagem e inclusão: uma revisão integrativa sobre usabilidade

e acessibilidade. **Revista de Educação Inclusiva**, [s. /], v. 10, n. 3, p. 45–63, 2023. DOI: <https://doi.org/10.21680/19834579.2023v10n3id11023>.

SOUZA, P. R.; CASTRO, L. M.; PRIETO, A. F. Avaliação das políticas públicas de AEE: desafios para a gestão e controle social. **Cadernos de Educação**, [s. /], v. 39, n. 3, p. 223–240, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/0101-98802020390303>.

TONDEUR, J. *et al.* Understanding the relationship between teachers' pedagogical beliefs and technology use in education: a systematic review of qualitative evidence. **Educational Research Review**, [s. /], v. 19, p. 1–16, 2016.

VALENTE, J. A. **Tecnologias digitais e a mediação pedagógica**. [S. /: s. n.], 2018. *(Incompleta no original)*

VALENTE, J. A.; ALMEIDA, M. E. B. **Tecnologias digitais na educação: contribuições da pesquisa brasileira**. [S. /]: Cortez, 2021.

VAZ, R. S.; GONTIJO, A. M.; MESQUITA, D. C. O Decreto 6.571/2008 e a operacionalização do Atendimento Educacional Especializado: uma análise contemporânea. **Revista de Educação Especial**, [s. /], v. 28, n. 1, p. 12–29, 2024.

WU, T. Network neutrality, broadband discrimination. **Journal of Telecommunications and High Technology Law**, [s. /], v. 2, n. 1, p. 141–179, 2015.

¹ Discente do Curso Superior de Ciências da Educação do Instituto
Master Of Science In Emergent Technologies In Education

² Mestre, professora e orientadora do Curso Superior de Ciencias da Educação do Instituto Master Of Science In Emergent Technologies
In Education